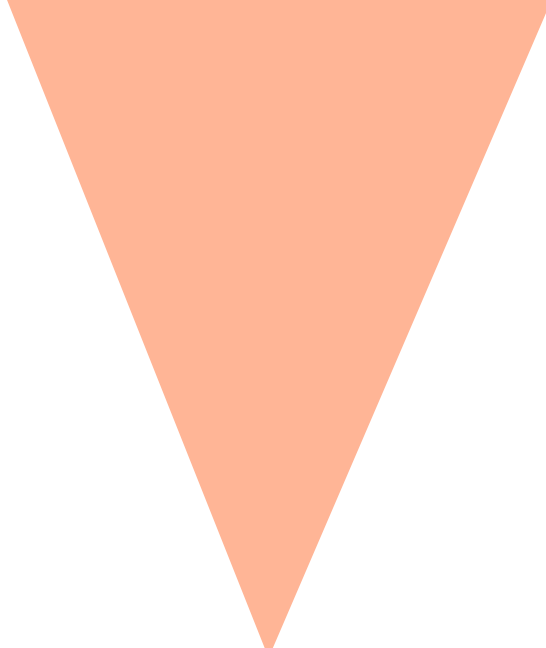




CULTURA E CLIMA

*mais uma agenda para as
políticas culturais?*

CULTURE AND CLIMATE: YET ANOTHER AGENDA FOR CULTURAL POLICY?

Mariella Pitombo Vieira¹

-
- 1 Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/UFRB) e dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPPGCS/UFRB), do Mestrado Interdisciplinar em Culturas, Linguagens e Territórios (PPGCULT/CECULT/UFRB) e da Especialização em Políticas e Gestão Cultural (CECULT/UFRB). E-mail: mariellapitombo@ufrb.edu.br

RESUMO:

O campo da cultura, assim como as demais esferas sociais, sofre os impactos das crises climáticas. O Brasil experimentou recentemente os efeitos das condições extremas do clima quando o estado do Rio Grande do Sul sofreu uma grande inundação, provocando consequências desastrosas para o campo cultural. Após a experiência de eventos climáticos extremos e de uma pandemia global como a de covid-19, cabe perguntar: o estado de emergência será um traço estruturante para o campo da cultura no Antropoceno? Que políticas e medidas estão sendo tomadas para a prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no campo da produção artístico-cultural? Qual o papel da cultura no enfrentamento à crise climática? O objetivo desse artigo é especular sobre essas questões, buscando contextualizar como as organizações internacionais, o campo da cultura e o poder público estão se preparando para o enfrentamento dessa agenda.

Palavras-chave: Cultura; mudanças climáticas; políticas culturais.

ABSTRACT:

The cultural field, like other social spheres, is affected by the impacts of climate crises. Brazil has recently experienced the effects of extreme weather conditions when the state of Rio Grande do Sul suffered a major flood, causing disastrous consequences for the cultural sector. After experiencing extreme climate events and a global pandemic such as covid-19, one must ask: will the state of emergency become a structuring feature of the cultural field in the Anthropocene? What policies and measures are being taken to prevent and mitigate the impacts of climate change on artistic and cultural production? What is the role of culture in confronting the climate crisis? The aim of this article is to reflect on these questions, seeking to contextualize how international organizations, the cultural field, and public authorities are preparing to address this agenda.

Keywords: Culture; climate change; cultural policies.

INTRODUÇÃO

A instauração do Antropoceno como um novo tempo geológico, marcado pela intervenção humana nas condições biofísicas do planeta, tem sido objeto de inúmeros estudos nas mais diversas áreas do conhecimento desde a Geologia, Ecologia, passando pelas ciências sociais e humanas. Mas se o Antropoceno ainda é alvo de disputas conceituais, o que parece ser uma convenção estabilizada é que vivemos em um novo momento histórico, intensificado por uma transformação radical ocorrida no século XX, qual seja: “absorção do planeta na história humana e da história humana na dinâmica do planeta” (PÁDUA, 2022, p. 189). Com exceção dos negacionistas, já se tornou um truísmo o reconhecimento de que as mudanças climáticas são um fenômeno que atravessa as várias dimensões da vida social. Dada a sua relevância, o tema vem se configurando como uma agenda global e sendo incorporada pelos estados para enfrentar esse desafio que põe em risco o futuro do planeta.

O Brasil é um ator importante no cenário internacional, principalmente por ser um país que possui grandes reservas naturais e que abriga grande parte da Floresta Amazônica, principal bioma regulador do clima no mundo. Com a volta de Lula da Silva à presidência, após quatro anos de um governo sob a liderança do presidente

negacionista Jair Bolsonaro, o Brasil volta a ocupar um lugar central na geopolítica mundial, sobretudo, nas questões relativas ao meio ambiente. Além de ter presidido o G20 no biênio 2023–2024, o país será sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, COP 30, em novembro de 2025.

Ademais, na nova estrutura de governo instituída pelo presidente Lula, o Ministério do Meio Ambiente ampliou sua agenda, dando ênfase à questão climática, materializada na própria denominação da pasta que passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, cuja liderança voltou a ser de Marina Silva, uma das principais ativistas da causa ambiental no país. Além disso, o Ministério da Cultura foi recriado, após sua extinção pelo governo Bolsonaro. Há de se destacar também a criação do Ministério dos Povos Indígenas, liderado por Sônia Guajajara, uma relevante ativista indígena do país. Esse novo aparato ministerial aponta para um arcabouço institucional propício para a implantação de políticas públicas transversais que podem entrecruzar questões climáticas e culturais, sobretudo quando se leva em conta a reivindicação do papel dos povos ancestrais como agentes fundamentais na luta pela justiça climática e seu status de guardiões de práticas ancestrais que conjugam preservação da natureza e respeito à vida.

Contudo, se por um lado há o fortalecimento institucional e simbólico por meio da criação dos três ministérios citados, e todos eles liderados por mulheres, condição que delineia um terreno fértil para a agenda da relação entre cultura e mudanças climáticas, há de se reconhecer também que o país enfrenta um cenário político marcado por fortes tensões e disputas de interesse de grupos dos segmentos econômicos e políticos ligados ao agronegócio. Essa condição traz forte desequilíbrio de poder entre os agentes – de um lado movimentos sociais, grupos de povos tradicionais e de outro o poderoso agronegócio – e tem fragilizado o avanço da implementação e políticas para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil.

No que se refere às políticas públicas para a cultura, a incorporação desta agenda nos programas e ações do Ministério da Cultura ainda é muito tímida. Não há na sua estrutura um órgão específico para tratar desse tema, tampouco planos de ação ou programas específicos.

O campo da cultura, assim como as demais esferas sociais, sofre os impactos das crises climáticas. O Brasil recentemente experimentou os efeitos das condições extremas do clima, quando o estado do Rio Grande do Sul sofreu uma grande inundação que submergiu várias cidades, inclusive a capital, Porto Alegre, durante mais de um mês. Várias instituições culturais fecharam durante alguns meses, patrimônios culturais foram destruídos e os artistas tiveram suas condições de trabalho fortemente afetadas. A fim de oferecer algum suporte à classe artística, o Ministério da Cultura criou um auxílio emergencial para os artistas semelhante à política adotada durante a pandemia de covid-19.

Após as inundações no Rio Grande do Sul e da experiência de uma pandemia global como a de covid-19, cabe perguntar: o estado de emergência será um traço estruturante para o campo da cultura no Antropoceno? Que políticas e medidas estão sendo tomadas para a prevenção bem como mitigação dos impactos das mudanças climáticas para a produção artística e cultural e o patrimônio no Brasil? Qual o papel da cultura no enfrentamento à crise climática?

Em uma perspectiva um tanto ensaística esse artigo pretende colocar em evidência a emergência da agenda do clima para as políticas culturais, ressaltando três aspectos: a) o modo como as organizações internacionais, especialmente a Unesco, vêm pautando essa agenda; b) os princípios, as medidas e as soluções que o segmento cultural e alguns governos vêm implantando em direção à ação climática; c) as ações, ainda esparsas, do Ministério da Cultura, e os desafios que pode enfrentar na construção da agenda, tendo em vista a diversidade cultural do país.

CULTURA E CLIMA NA AGENDA INTERNACIONAL

Há de se reconhecer que a construção da agenda em torno da relação entre cultura e clima vem se dando recentemente em maior medida no âmbito das agências internacionais, notadamente a Unesco. Ela emerge em decorrência da urgência da pauta da crise climática no cenário internacional e sua correlação incontornável com o tema do desenvolvimento sustentável, que a Unesco encampou desde a década de 1980.

A questão ambiental vem sendo pautada na pelo Sistema ONU desde a década de 1970, quando a organização realizou sua primeira Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, cujo resultado final foi a produção do relatório intitulado “Limites do crescimento econômico”. Nesse documento já se anunciava os limites da relação entre recursos naturais, crescimento populacional e produção industrial. Desde então, a ONU realizou uma série de conferências e elaborou um suntuoso arcabouço normativo sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

A título de ilustração, pode-se destacar algumas dentre as inúmeras ações realizadas pela ONU. Entre 1982 e 1987 esteve em atividade a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento cujo propósito era discutir as questões relativas ao meio ambiente e reformular propostas concretas para enfrentá-las. O trabalho realizado pela Comissão teve como resultado a elaboração de um relatório intitulado “Nosso futuro comum”, também conhecido Relatório Bruntland. Nesse documento, o conceito de desenvolvimento sustentável, que vinha sendo formulado desde a década de 1970, ganha centralidade e definição mais aperfeiçoada, sendo entendido como “aquele atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO, 1991, p. 46). O documento avança na formulação chamando a atenção para as “necessidades essenciais dos pobres do mundo”, população que deveria ser priorizada nos planos de desenvolvimento e para os limites do meio ambiente. Portanto,

o que sobressai dessa formulação a dimensão social do desenvolvimento e seu comprometimento com as gerações futuras. Na década de 1990 é realizada no Rio de Janeiro Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO/92. Nessa conferência histórica, consolidou-se a noção de desenvolvimento sustentável e foi estabelecida a Agenda 21 – um conjunto de princípios orientadores sobre o desenvolvimento sustentável que preconizava a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Em 2015, a ONU lança a Agenda 2030, um plano global de desenvolvimento fundamentado em uma nova interpretação do desenvolvimento sustentável que integra as dimensões social, econômica e ambiental, incorporando também os aspectos político e cultural. Nesse plano estão previstos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados pelos países membros até 2030.

E o que a cultura tem a ver com essa agenda? Ora, sendo a Unesco uma agência onusiana, suas pautas e ações se coadunam aos princípios gerais da instituição-satélite, bem como sinalizam para o alinhamento com as questões que orientam o espírito do tempo. Desde a década de 1980, a Unesco elabora uma virada conceitual em torno da ideia de cultura, deslocando-a de uma noção mais restrita, vinculada às belas artes, para uma perspectiva antropológica. E, nesse compasso, passa amalgamar o conceito de cultura à noção de desenvolvimento, que, por sua vez, também vai ser ampliado para além da noção de progresso econômico.

É em 1982, durante a antológica Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), que tal rotação conceitual será efetivada. Como resultado da Mondiacult, em 1988, a Unesco lança o projeto Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997) com o propósito de discutir a dimensão cultural do desenvolvimento. Como ação decorrente do projeto, em 1991, a Unesco institui Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, destinada a elaborar um Relatório Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento. O referido

relatório é lançado em 1996, sob o título *Nossa diversidade criadora*, contendo reflexões e propostas de ação que levam em consideração as bases culturais do desenvolvimento humano. O informe institucional estende ainda mais a fronteira da concepção de cultura ao compreendê-la não somente como um meio que viabiliza o desenvolvimento, mas sobretudo como sendo seu fim último (PITOMBO, 2011).

Dando continuidade à consolidação da agenda em torno do binômio cultura e desenvolvimento, a agência onusiana realiza em 1998 a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento; em 2001 adota a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*; em 2005, promulga a *Convenção sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*. Todos esses eventos constituíram-se em momentos paradigmáticos para discutir o papel da cultura como uma dimensão central nos projetos de desenvolvimento, tecendo uma fórmula axiológica que amalgama diversidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, em 2022, a Unesco realizou a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDICAULT, 2022), como celebração pelos 40 anos da célebre conferência realizada no México em 1982. Mais uma vez, a relação entre a cultura e desenvolvimento sustentável compareceu como princípio orientador das ações da instituição, reforçado, inclusive, pelo título que nomeou o fórum. Como de praxe, os resultados dos debates dessas reuniões foram reunidos em uma declaração que sintetiza os princípios e os compromissos exaltados bem como estabelecidos entre os países-membros. Na declaração da referida conferência, a relação entre cultura e mudanças climáticas compareceu expressamente em um dos seus artigos, como se segue:

Salientamos a importância de integrar o patrimônio cultural e a criatividade nos debates internacionais sobre as mudanças climáticas, dado o seu impacto multidimensional na salvaguarda de todas as formas de patrimônio e

das expressões culturais, e do reconhecimento do papel da cultura na ação climática, especialmente por meio de sistemas de conhecimento tradicionais e indígenas (UNESCO, 2022, p. 5).

Esse trecho do documento é ilustrativo pois condensa as principais tendências de abordagem da relação entre cultura e clima, como discutiremos mais adiante: as expressões culturais sendo alvo do potencial destrutivo ocasionado pelas mudanças climáticas; como meio de ação para ação climática, e como reserva de conhecimento de saberes tradicionais que pode servir como saída para o drama civilizacional que a crise climática impõe.

Pelo exposto, a Unesco vem se aproximando do tema da mudança climática, no rastro da sua longa trajetória de vincular a dimensão da cultura ao desenvolvimento sustentável. Na sua próxima Conferência Mundial para as Políticas Culturais, a ser realizada em Barcelona, em agosto de 2025, e tendo no horizonte a conclusão da Agenda 2030, a Unesco anuncia como propósito elevar a cultura com objetivo independente nas próximas estratégias para o desenvolvimento da ONU. Ademais, o tema cultura e clima passa a figurar como um dos seis eixos de discussão que vão estruturar fórum.

Em que pese todas as iniciativas encampadas, as organizações internacionais têm sido alvo de muitas análises que colocam em xeque seu papel e sua efetividade. Muitas das críticas são pertinentes, principalmente quando se analisa os efeitos imediatos das suas intervenções. Há de reconhecer os esforços das organizações internacionais na discussão da questão ambiental, elevando-a a uma pauta central para a agenda política internacional contemporânea. Mas algo parece não estar tendo êxito satisfatório, seja nas concepções sobre o enfrentamento, seja pelos modelos propostos em tais fóruns de debates. Os limites ambientais do planeta atingiram um ponto quase sem retorno no que se refere à sua intensa degradação. Os sinais apontam para um cenário pouco animador em relação à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos

pela ONU. Evidentemente, que aqui não se tem a intenção responsabilizar a escassez dos resultados apenas pelas ações dos organismos internacionais. Sabe-se que essa é mudança de caráter coletivo e que devem ser promovidas de forma mais localizada possível, tendo os governos nacionais e locais papel fundamental.

Mas há também de se questionar: a saída se daria mediante a reiteiração de práticas e políticas das instituições modernas (o Estado, as agências internacionais) que formulam suas ações, geralmente de caráter generalizante, a partir de gabinetes da tecnocracia global? (PITOMBO, 2022). De acordo com análises de autores como Kothari (2021) e Krenak (2019), as teorias críticas do desenvolvimento apontam para o esgotamento do modelo de uma governança global gestado pelas agências internacionais, uma vez que partem de premissas universalizantes, impondo padrões genéricos de mudança em detrimento da consideração de matrizes alternativas já postas em práticas sobretudo nas periferias do mundo.

O CAMPO DA CULTURA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os estudos e pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas na cultura ainda são escassos. De modo geral, essa agenda vem sendo pautada em maior medida pela sociedade civil, pelos fazedores de cultura e, como já destacado pelas organizações internacionais. Por consequência, a produção de conhecimento sobre o tema vem sendo alimentada em maior medida por esses agentes do que pelas universidades, por exemplo. No entanto, é uma discussão que vem se ampliando pela própria urgência que a temática impõe. Dos debates e pesquisas que vem sendo difundidos, destacam-se três grandes tendências como chave de compreensão da relação entre cultura e clima, são elas: a) o imperativo da descarbonização da cultura (IRLE *et al.*, 2021), mediante a reivindicação para que o segmento cultural *stricto sensu* – mais especificamente as atividades de criação, a produção e a circulação de bens e serviços artístico-culturais – reveja suas práticas de modo a torná-las mais ambientalmente

responsáveis; b) o discurso em torno da cultura como agente para a conscientização sobre a mudança climática e c) o reconhecimento dos saberes e práticas de povos tradicionais como acervo de conhecimento no tocante à preservação do meio ambiente.

O que a produção de um filme, a realização de um festival ou uma bienal de artes visuais, a difusão de músicas por plataformas digitais tem a ver com o aquecimento global? Se comparado a outros setores, há se reconhecer que a cultura não é dos segmentos produtivos mais poluentes do globo. Por seu caráter simbólico e um tanto quanto imaterial, não é comum pensarmos sobre as pegadas de carbono que as produções artísticas e culturais são capazes de gerar. Em estudo realizado sobre o conjunto das atividades mundiais das artes visuais, constatou-se que esse segmento foi capaz de gerar cerca de 70 milhões de toneladas de CO₂, algo equivalente a emissão de quatro usinas de carvão (IRLE, 2023). O recente lançamento, pela OpenIA, de um gerador de imagens que se apropria dos recursos estilísticos do Studio Ghibli, além de levantar questões cruciais sobre apropriação cultural e direitos autorais, trouxe à tona os impactos ecológicos que as tecnologias de inteligência artificial podem gerar. Segundo algumas projeções divulgadas por especialistas, calcula-se que foram gastos 216 milhões de litros de água em apenas uma semana, devido ao elevado número de usuários que lançaram mão dessa ferramenta (REVISTA FÓRUM, 2025). O fato esquentou os debates e recolocou no centro das atenções a questão sobre o risco ambiental que as tecnologias digitais podem provocar na sua aparente imaterialidade encoberta pelas nuvens de armazenamento de informação. Para gerar, processar e guardar um volume inimaginável de dados, é necessária uma mastodôntica estrutura material composta por servidores que, por sua vez, necessita de um enorme volume de energia para poder funcionar.

Diante desse cenário, a agenda da descarbonização da cultura vem se impondo como imperativo ecológico, normativo e moral sobre as práticas de produção da cultura e das artes. O tema vem orientando

a formulação de políticas culturais de alguns países e também vem sendo paulatinamente incorporada como práticas de produção do campo artístico-cultural. Descarbonizar a cultura significa transformar as práticas de produção cultural, atentando-se para as pegadas de carbono que essas atividades deixam no rastro da sua criação e circulação.

No que se refere às políticas públicas para a cultura, alguns países já vêm adotando medidas concretas de forma a incorporar a questão climática. A partir de uma estratégia nacional de transição ecológica da sua economia, a França, por exemplo, colocou em prática algumas medidas baseadas sobretudo nos princípios da descarbonização das práticas culturais e da sobriedade do uso de recursos naturais pelas estruturas culturais (equipamentos, espaços e estruturas administrativas) do próprio Ministério da Cultura. Apoiado em um plano robusto de transição ecológica, o Ministério prevê um orçamento de 35 milhões de euros para implantação de medidas ecologicamente responsáveis para o setor cultural. As iniciativas incluem desde realização de estudos sobre balanços de carbono das atividades culturais; o financiamento de projetos culturais que prevejam em suas ações medidas para descarbonizar suas atividades; além de estimular a oferta de formação específica (a partir de cursos e da adaptação de currículos de cursos já existentes) sobre os desafios da transição ecológica para a cultura para as agentes culturais.

Do lado dos produtores culturais, segmentos específicos como os festivais já vêm também adotando iniciativas que orientam suas práticas organizativas. Em uma relevante pesquisa, Calvano (2024) analisa como os festivais de música na Europa estão adotando práticas e estratégias de sustentabilidade ambiental. Dentre os principais resultados, a investigadora aponta que variáveis como território, orçamento, gênero musical e estrutura organizacional influenciam a incorporação da agenda da sustentabilidade, apontando para o fato de que festivais de grande porte e com maior aporte de recursos têm maior probabilidade de adotar práticas ambientais mais robustas.

Alguns dos eventos, inclusive, já lançam mão de certificações internacionais (como ISO 20121 e A Greener Future) para profissionalizar a adoção de práticas ecológicas na sua organização. No campo das artes cênicas, o Festival d'Avignon, um dos mais antigos e importantes da Europa, por exemplo, já coloca em prática um conjunto de medidas que incorporam a questão ecológica. O evento já possui uma estrutura administrativa específica que se ocupa em planejar e implementar ações ecologicamente responsáveis, que incluem iniciativas tais como: o incentivo ao deslocamento por meio da chamada mobilidade sustentável (trens, bicicletas, veículos elétricos); a redução no consumo de energia ao adaptar, por exemplo, os horários de trabalho e dos espetáculos para evitar os períodos de calor intenso; o consumo responsável reutilizando, por exemplo, figurinos e evitando materiais de alta pegada ecológica.

Uma outra tendência que tem emergido das discussões sobre a agenda cultura e clima é a de convocar o campo da cultura como meio para conscientizar a população sobre os riscos ambientais e para promover mudanças comportamentais em direção a posturas ambientalmente responsáveis. O argumento por detrás dessa convocação se sustenta na ideia de que as produções artístico-culturais, pelo conteúdo simbólico que mobilizam, têm maior capacidade de comunicar e sensibilizar corações e mentes sobre a grave crise climática. Dessa forma, a cultura assume um papel instrumental, como um vetor para alcançar outros fins, tais como a transformação de comportamentos e conscientização da urgência ao enfrentamento dessa questão. Um dos achados de uma pesquisa inaugural sobre a relação entre cultura e clima, realizada pelas organizações sociais C de cultura e Outra Onda, confirma esta tendência. Dentre os vários artigos destaca-se a compreensão de que:

A cultura tem o potencial de traduzir informações complexas para narrativas acessíveis, muitas vezes de forma lúdica, transformando mentalidades e comportamentos. É elemento crucial para a qualificação da

consciência coletiva sobre a mudança do clima, suas causas e consequências. Coloquemos a cultura no lugar que merece ocupar: como plataforma essencial de ação climática (TONI, 2024, p. 42)

Um outro eixo de argumentação acerca da relação cultura e clima diz respeito à ênfase dada aos saberes e práticas culturais de povos originários e tradicionais como um fundo de conhecimento a ser considerados como estratégia para enfrentamento da crise climática. Ao tempo em que se denunciam os impactos que as mudanças climáticas podem trazer para as práticas e saberes tradicionais, especialistas e pesquisadores também apontam que a chave para uma saída para crise é justamente voltar-se para as práticas e conhecimentos que os povos tradicionais portam na sua relação com a natureza.

Esta é uma tendência argumentativa que figura sobretudo nos discursos dos agentes oriundos dos países do chamado Sul Global. Um conjunto de autores filiados aos estudos críticos decoloniais e contracolônias (FERDINAND, 2022; KRENAK, 2022; SANTOS, 2023), denunciam que a crise ecológica é fruto também do processo de colonização, tornando-se inescapável abordar a questão sem considerar as heranças da colonização, da escravidão e do racismo. No Brasil, pensadores e lideranças das comunidades indígenas e de povos tradicionais passam a ter um espaço importante na esfera pública quando o assunto é o enfrentamento à crise climática. O discurso que se enuncia é o esgotamento da ideia de progresso e de desenvolvimento que o sistema capitalista engendrou, promovendo a separação entre natureza e cultura, a destruição de formas de vida coletivas e o apagamento dos saberes tradicionais, gerando o fenômeno do epistemicídio. Como alternativa, defende-se a ideia de que o futuro é ancestral (KRENAK, 2022), ou seja: os modos de vida dos povos tradicionais e sua profunda conexão com os seres vivos das florestas (rios, matas e animais) pode ser um caminho para se reinventar a vida no planeta, fazendo reformular as formas de produção, consumo e convivência.

POLÍTICAS CULTURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: AÇÕES E DESAFIOS

Como já mencionado, a agenda da ação climática conjugadas às políticas culturais ainda são escassas no Brasil. A construção dessa pauta vem se dando em maior medida por agentes outros tais quais as organizações não governamentais, produtores culturais, pelas comunidades mais diretamente afetadas e mesmo pela iniciativa privada. As adaptações das produções culturais às questões ambientais têm sido em maior medida uma resposta a uma condicionalidade colocada pelo mundo corporativo do que pelo poder público. Em interessante estudo sobre o discurso da sustentabilidade nas práticas de patrocínio cultural, a partir da Lei Rouanet, Lopes (2024) constatou que há uma tendência de as empresas financiarem projetos alinhados à gramática da responsabilidade social e ecológica em consonância à ascensão da pauta da sustentabilidade, consubstancializada pelos princípios e práticas da agenda ESG², recentemente adotada pelo universo empresarial. Na contrapartida de tal tendência, os produtores culturais começam a elaborar seus projetos buscando contemplar nos seus discursos a temática ambiental pois torna-se mais um ativo para o êxito de encontrar um potencial financiador. Nesse sentido a gramática da sustentabilidade tem servido tanto para legitimar os investimentos das empresas, como também orientado as narrativas e propósitos dos produtores culturais na proposição dos seus projetos culturais.

Diante desse contexto, o poder público no Brasil parece estar a um passo atrás de uma agenda social que vem emergindo com certa força nos últimos anos. Diferentemente de alguns países, o Ministério da Cultura ainda não apresentou diretrizes ou um plano de ação específico para tratar da questão entre cultura e mudanças climáticas. As iniciativas encampadas pelo MinC ainda são pontuais e respondem

-
- 2 A ESG (Environmental, Social, Governance) é um conjunto de indicadores criado pelo mundo corporativo para medir o engajamento das empresas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

em certa medida às injunções configuradas pelo protagonismo que o Brasil vem ganhando nos últimos dois anos no cenário internacional. Em 2023, durante a COP28, o Brasil, junto com os Emirados Árabes Unidos, assumiu a copresidência de um fórum internacional intitulado Amigos da Ação Climática Baseada na Cultura. Tal iniciativa decorre do fato do Brasil presidir a COP30 em 2025. Essa coalização internacional, composta por estados-membros da ONU tem por propósito mobilizar o setor cultural para engendrar ações voltadas para conscientização e mudança comportamental sobre a crise climática. Segundo o próprio Ministério da Cultura:

O grupo vai advogar pela ação climática baseada na cultura; desenvolver intervenções, soluções e ações multilaterais demonstrando os benefícios da integração da cultura na ação climática; e oferecer um espaço para todas as nações e comunidades, independentemente de sua origem ou localização, compartilharem conhecimento, experiência e melhores práticas (BRASIL, 2023, não paginado).

Adicionalmente, em 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20 e a pauta da relação entre cultura e desenvolvimento sustentável passou a figurar – junto com o combate à fome, a pobreza e a desigualdade – como um dos temas a serem debatido nesse fórum internacional. Liderado pelo Ministério da Cultura, o Brasil presidiu o Grupo de Trabalho de Cultura do G20, cujas ações envolveram a realização de uma série de encontros para debater temáticas em torno das questões sobre diversidade cultural e inclusão social; cultura, ambiente digital e direitos autorais; economia criativa e desenvolvimento sustentável; preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural e da memória. Decorrente dessas iniciativas, foi realizado em novembro de 2024, em Salvador, o Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima, cujo objetivo foi debater temas diversos como a criação de setores culturais ambientalmente responsáveis em relação às emissões de carbono, justiça climática para artes e cultura e o

papel das artes e da cultura para a mobilização social a favor do clima. Desse encontro saiu a *Declaração de Ministros da Cultura do G20 de Salvador da Bahia*, um documento que tem como princípio norteador o entendimento do papel da cultura “como fonte e promotora de desenvolvimento sustentável, inovação, criatividade e justiça social” e que reconhece “o potencial da cultura para promover ações que atenuem os efeitos das mudanças climáticas” (BRASIL, 2024, não paginado).

Em virtude dos impactos e efeitos mais visíveis que os desastres ecológicos podem provocar em monumentos e sítios históricos, e indiretamente, ao conjunto de tradições e acervos de memórias de expressões culturais vinculados a determinados biomas, o patrimônio histórico talvez seja um dos temas que ganhem maior destaque quando se discute a relação entre cultura e clima no Brasil. No âmbito mais específico do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem se antecipando na tomada de iniciativas que colocam na pauta os impactos das mudanças climáticas sobre o patrimônio material e imaterial. Na esteira das discussões promovidas pelo ICOMOS³ Brasil, o IPHAN passou a promover desde 2023, uma série de encontros para discutir medidas e ações de defesa do patrimônio cultural em relação às crises climáticas. Sendo o mais longo órgão de gestão cultural do país, o IPHAN parece tomar a dianteira em termos de planejamento de ações se comparado às iniciativas encampadas pelo próprio Ministério da Cultura.

O conceito de cultura que orienta as políticas do Ministério da Cultura desde o primeiro governo Lula já traz uma dimensão mais ampliada, de caráter antropológico, não reduzindo suas ações apenas

-
- 3 O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização não-governamental internacional, associada à Unesco, destinada a discussão técnicas, teóricas e metodológicas sobre preservação, conservação e proteção de monumentos e sítios históricos. O Comitê brasileiro da ICOMOS foi fundado em 1978 e atua em representativamente em várias instâncias de participação social dos órgãos de gestão cultural do estado brasileiro.

ao fomento à produção artística *stricto sensu*. Ou seja, nas políticas implementadas pelo ministério, muitas ações têm sido direcionadas para o reconhecimento e valorização da cultura dos povos tradicionais e originários. Diante de um contexto em que a diversidade da formação cultural do Brasil é uma agenda da sua política cultural, cabe perguntar: de que modo o país deve pautar a agenda das mudanças climáticas e sua relação com a cultura? Levando-se e consideração também o acervo de conhecimentos e práticas dos povos tradicionais que compõem o rico mosaico da cultura brasileira? Ou deve apenas seguir as agendas universalistas que orientam as diretrizes das organizações internacionais?

Pelo exposto, o Brasil ainda padece de um plano mais estratégico de ação que contemple as mudanças climáticas no conjunto de políticas públicas propostas pelo Ministério da Cultura. O país parece estar a reboque de uma circunstância internacional – o fato de estar lidando importantes fóruns internacionais no último biênio – que lhe obrigou a tratar desse tema. Diante desse contexto, a relação cultura e clima parece ter se imposto como uma condicionante vinda de fora e não propriamente como iniciativa do próprio órgão ou como uma resposta a uma demanda ou reivindicação dos agentes culturais brasileiros. O tema não comparece em documentos e políticas estruturantes como o Plano Nacional de Cultura, nem no conjunto de políticas recentemente implementadas como a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) que, por sua vez, já apresenta avanços importantes na incorporação de pautas sociais (ações afirmativas, gênero, sexualidade), criando condicionalidades para a distribuição de recursos. A exemplo de medidas adotadas por países como a França e a Inglaterra (PERALTA, 2023) e na mesma direção da adoção de critérios de priorização social estabelecido na PNAB, o Ministério da Cultura poderia, por exemplo, adotar como critério o financiamento de projetos que priorizem a ação climática.

Um outro desafio a ser enfrentado na articulação da agenda entre cultura e clima é mobilizar ações transversais entre os ministérios

da Cultura, do Meio Ambiente e Mudança Climática e dos Povos Indígenas. Dada a complexidade que a abordagem do tema exige, o Brasil poderia lançar mão do aparato institucional de que já dispõe. O capital simbólico mobilizado por esses três órgãos – todos eles liderados por mulheres – pode colocar o país como ponta de lança na proposição de ações climáticas, além de demarcar com sua singularidade na abordagem dessa pauta política incontornável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando de empréstimo a célebre tese de George Yúdice sobre usos da cultura na contemporaneidade, pode-se considerar que a agenda das mudanças climáticas tem se esboçado como mais uma finalidade que a ser alcançada pelo campo da cultura. Isto porque além de ser convocada para sanar questões sociopolíticas, gerar empregos e produzir riqueza, a cultura agora também é requisitada para ser um meio para conscientização e mobilização de ações que levem a mudança de comportamento frente à crise ambiental que o planeta está enfrentando. Será a agenda climática mais uma conveniência da cultura?

Como se sabe, o campo da cultura, principalmente aqueles segmentos que estão fora de uma escala industrial, é um dos segmentos econômicos mais frágeis. Padece de investimento e financiamento robustos, infraestrutura de espaços e equipamentos culturais, além de ter uma classe trabalhadora predominantemente precária e mal remunerada. Diante dos vários obstáculos e circunstâncias que se impõem aos criadores e produtores de cultura, enfrentar a questão das mudanças climáticas torna-se mais uma contingência a ser enfrentada por esse campo social: rever suas práticas produtivas tornando-as menos poluentes, engajar-se na mobilização para alertar sobre os limites da nossa sobrevivência enquanto espécie e inspirar a reinvenção de outros modos começa a se configurar como mais uma tarefa do campo da cultura. Ironicamente, essa atividade de natureza eminentemente simbólica, logo pertencente à esfera da imaginação, se apresenta como

uma saída à lógica produtivista e devoradora de recursos que o capitalismo impôs como projeto civilizacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. *Declaração de Salvador da Bahia é adotada durante reunião ministerial*. Brasília: Ministério da Cultura, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-de-salvador-da-bahia-e-adotada-durante-reuniao-ministerial>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *COP28: Ministra da Cultura lança coalizão internacional para promover ação climática baseada na cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 04 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/aviso-de-pauta/cop28-ministra-da-cultura-lanca-coalizao-internacional-para-promover-acao-climatica-baseada-na-cultura>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CALVANO, Giada. *Greening European Music Festivals: Environmental Sustainability Strategies, Practices, and Certification from an Organisational Perspective*. 2024. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura: História, Antropologia, Arte e Patrimônio) – Escola de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FRANÇA. Ministère de la Culture. *Transition écologique*. *Ministère de la Culture*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/thematiques/transition-ecologique>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FESTIVAL D'AVIGNON. *Une démarche responsable*. *Festival d'Avignon*, [s.d.]. Disponível em: <https://festival-avignon.com/fr/responsable-15948>. Acesso em: 10 maio 2025.

REVISTA FÓRUM. *Studio Ghibli no ChatGPT: 216 milhões de litros de água foram gastos com 'trend'*. *Revista Fórum*, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2025/4/7/studio->

ghibli-no-chatgpt-216-milhes-de-litros-de-agua-foram-gastos-com-trend-177000.html. Acesso em: 10 maio 2025.

IRLE, David; ROESCH, Anaís; VALENESI, Samuel. *Décarboner la culture*. Grenoble: PUF/UGA, 2021.

IRLE, David. Comment agir face au dérèglement climatique? Changer de culture! *Nectart*, [S. l.], v. 16, p. 27-38, 2023

KOTHARI, Ashish et al. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, Rafaela Araújo. *A sustentabilidade no mercado de patrocínios culturais incentivados: novas diretrizes, novos discursos*. 2024. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

PÁDUA, J. A. Localizando a história do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. *Os mil nomes de Gaia*. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022. p. 187-217.

PERALTA, Trinidad Zaldivar. Os setores culturais e criativos enquanto importante ativo para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. *Relatório Cultura e Clima*. São Paulo: C de Cultura; Outra Onda Conteúdo; Instituto Veredas, 2024. Disponível em: <https://cdecultura.com.br/cultura-e-clima/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PITOMBO, Mariella. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da Unesco. In: ALVES, Elder P. M. *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p.89-124.

PITOMBO, Mariella. Qual o papel da cultura num mundo em mutação? Legados e desafios da Mondiacult 40 anos depois. In: CALABRE, L.; ROCHA, R.; RUBIM, A. A. C. *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. Salvador, EDUFBA, 2022. p.71-92.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TONI, Ana. A cultura como plataforma de ação climática. In: RESEGUE, Mariana; CARVALHO, Eduardo (org.). *Relatório Cultura e Clima*. São Paulo: C de Cultura; Outra Onda Conteúdo; Instituto Veredas, 2024. Disponível em: <https://cdecultura.com.br/cultura-e-clima/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNESCO. *Declaração Final da Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT 2022*. Cidade do México, 28–30 set. 2022. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000382887_por. Acesso em: 05 maio 2025.